



MPPB MOVE AÇÃO CONTRA GOVERNO DO ESTADO

Cadeia de Pombal descumpre LEP

LEONARDO FURTADO

O Ministério Público da Paraíba processou o Governo do Estado por irregularidades na Cadeia Pública de Pombal (a 370 quilômetros de João Pessoa).

Segundo inspeções, a cadeia apresenta problemas de higiene, superlotação e infraestrutura que violam a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal (LEP). **Página 5**



CONDIÇÕES SUBUMANAS - Celas da cadeia de Pombal estão superlotadas e presos dormem em redes levadas por familiares

MEIO AMBIENTE

PMJP "enterra" R\$ 7,2 milhões por ano em aterro

A quantidade de "lixo" reciclável que vai, indevidamente, para o aterro sanitário poderia render à Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), pelo menos, R\$ 600 mil por mês ou R\$ 7,2 milhões por ano. **Página 8**

CONSUMIDOR



DANIEL FÉLIX

Operação apreende 180 botijões de gás de cozinha em Esperança, Areal e Montadas

PÁGINA 3

EDUCAÇÃO



DÉCIO ARAÚJO

Promotorias e órgãos de trânsito vão combater desvio de função de ônibus escolares, na PB

PÁGINA 3

Audiência reúne 150 pessoas, em Mandacaru

DANIEL FÉLIX

Cerca de 150 pessoas (entre moradores e autoridades) participaram da audiência pública realizada em março, em Mandacaru, na Capital, para discutir o projeto "Bairro sem medo".

O projeto será desenvolvido pelo Ministério Público em parceria com a Prefeitura de João Pessoa e o Governo do Estado para combater a criminalidade e a violência nos bairros que apresentam os piores indicadores na área de segurança pública. **Página 4**



"BAIRRO SEM MEDO" - Promotores apresentaram objetivos do projeto à comunidade

SAÚDE DA FAMÍLIA

Prefeituras são processadas por irregularidades

Página 6

TRANSPARÊNCIA

Dez municípios devem informar gastos até maio

Página 7

INFÂNCIA

Justiça afasta conselheiro, a pedido do MP

Página 7

● Espaço do Leitor



O bairro do Bessa pede socorro

Moramos no bairro do Bessa há mais de 20 anos. A morada no início foi difícil, já que era um local distante, isolado, sem transportes, infraestrutura básica de calçamento, esgoto, galerias pluviais, praças, escolas, delegacias e outros equipamentos públicos e privados.

Com todas as mazelas típicas das cidades brasileiras, morávamos em um lugar bucólico, ruburnano, cheio de granjas, vacas comendo capim nas ruas, o local era bem arborizado, com uma cobertura de grandes, médias e pequeninhas árvores, com os canais cheios de vida, com águas límpidas e uma infinidade de insetos.

O bairro cresceu sobre a égide do capitalismo selvagem.

Continuamos sem segurança pública (delegacia ou policiamento comunitário), infraestrutura em inúmeras de vias, poluição visual, sonora, abastecimento de água problemática no verão, iluminação pública deficiente, meio ambiente empobrecido, ausência de áreas de lazer, praças, áreas verdes, trânsito congestionado e o povo sem o direito de ir e vir (calçadas com gelos baixos, canos de ferro, correntes e objetos que impedem a passagem dos pedestres e dos portadores de necessidades).

Quem passa no bairro do Bessa vê uma ocupação desenfreada e percebe a devastação de áreas e do meio ambiente.

Conclamo o Ministério Público Estadual para entrar em ação, via curadorias de urbanismo, habitação e uso do solo. Precisamos que haja por parte do poder constituído um novo norteamento do uso do solo nas áreas públicas e privadas remanescentes, já que temos nos locais povoados atividades de risco (postos de gasolina, aeroporto, etc.) e noturnas (bares, restaurantes de música ao vivo).

De outras bandas, encontramos parte do solo urbano com construções onde jamais poderia haver edificações (nas margens do canal).

Diante de todos os argumentos apresentados há necessidade da recomposição e reflorestamento das áreas, evitando assim, o surgimento de ilhas infernais de calor e desaparecimento de animais, como já está acontecendo.

O bairro do Bessa vive um infeliz momento da descoberta do ouro imobiliário e desse urbanismo exacerbado, do uso do solo sem limites pelo poder dominante, e a ausência quase que total e deficiente de fiscalização do poder público municipal, resta-nos prejuízos ao direto à qualidade de vida da população e das futuras gerações.

Maria de Lourdes Leite,
promotora de Justiça aposentada

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

● Aprendendo Direito



MEDIDA CAUTELAR- é a ação que tem por fim prevenir a eficácia do processo principal que com ela se relaciona. É o procedimento preventivo que diante do perigo da demora é instaurada antes da ação principal ou no curso dela para evitar prejuízo em caso de ser julgada procedente a ação a que se vincula.



JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Social
João Pessoa, março - Ano I - Nº 12

Procurador-geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º S ubprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

2º S ubprocurador-geral de Justiça

Kátia Rejane de Lucena

Corregedor-geral

Alcides Jansen

Secretário-geral

Bertrand Asfora

Ouvidor-geral

Doriel Veloso

Jornalista Responsável

Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos,

Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes,

Daniel Félix (fotografia)

Projeto Editorial

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

Chargista colaborador

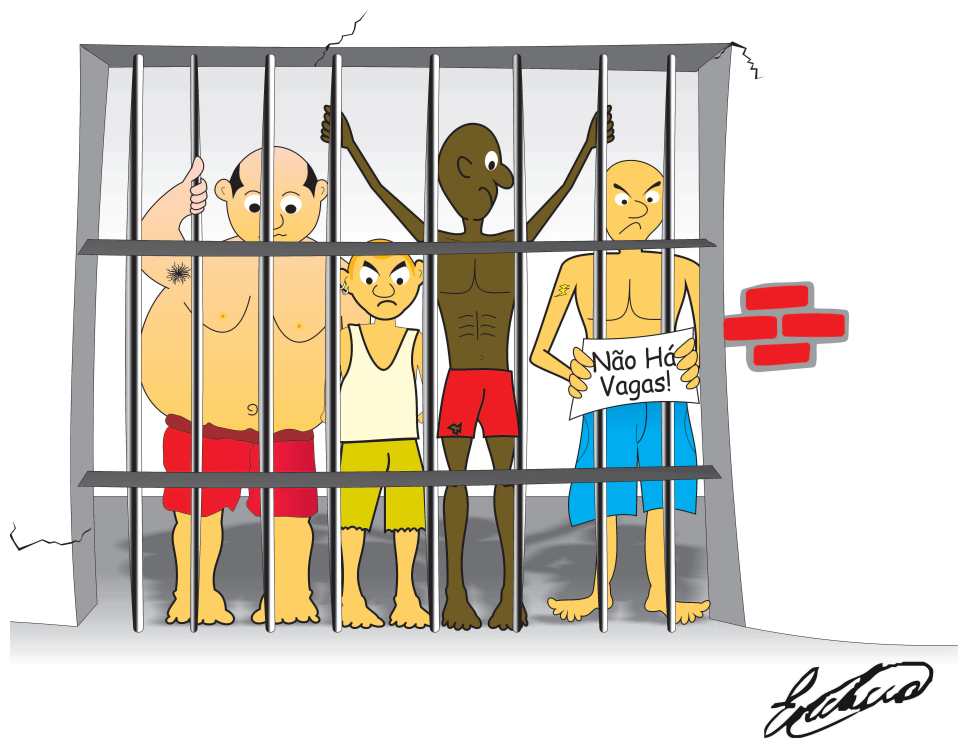
Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça
R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br



ARTIGO

Cárcere-Brasil

* LEONARDO FERNANDES FURTADO

A caótica situação do sistema prisional brasileiro é conhecida de todos e, frequentemente, recebe a atenção da imprensa sobre algumas das situações consideradas mais graves. Não raramente, são exibidas imagens de pessoas encarceradas em condições indignas e nocivas à saúde humana.

A Constituição da República e a Lei das Execuções Penais (Lei nº 7.210/84) estabelecem normas rígidas e precisas a respeito dos estabelecimentos voltados ao cumprimento das decisões criminais, garantindo expressamente o respeito à integridade física e moral de todos os indivíduos encarcerados, que só podem ter constrangido o direito à liberdade. A vida, a saúde, a dignidade e todos os demais direitos permanecem juridicamente intactos, figurando o Poder Público e seus agentes como responsáveis diretos pelo cumprimento de tais mandamentos.

Mesmo assim, são costumeiramente constatadas diversas irregularidades nos prédios prisionais, destacando-se as seguintes: a) superlotação carcerária; b) falta de higiene; c) carência na assistência à saúde, na assistência educacional e na assistência jurídica aos presos através da Defensoria Pública; d) inexistência de estabelecimento próprio e adequado à condição pessoal da mulher e do maior de 60 anos, separadamente do estabelecimento comum, situação que acaba ocasionando a colocação de idosos e mulheres no mesmo estabelecimento de homens jovens; e) inexistência de seções distintas para cumprimento da pena dos reincidentes e dos primários; f) inexistência de separação do preso provisório em relação ao condenado por sentença definitiva; g) celas que não preenchem os requisitos legais, pois, muitas vezes, contêm dormitórios insuficientes, aparelhos sanitários e lavató-

rios em condições inadequadas, bem como não contam com salubridade do ambiente (falta de ventilação, insolação e condicionamento térmico inadequado à existência humana) e desrespeitam a área mínima de seis metros quadrados por detento; e h) utilização de um mesmo estabelecimento para o recolhimento de condenados definitivos, em todos os regimes (fechado, semiaberto e aberto), quando cada um deveria ser destinado a local apropriado.

O contexto carcerário, ao modo como está caracterizado, acarreta gigantescos prejuízos aos presos, aos trabalhadores da administração penitenciária e à sociedade como um todo, pois a qualidade dos serviços públicos prestados no âmbito dos estabelecimentos prisionais repercute profundamente na esfera jurídica de todos esses elementos sociais, interferindo, de maneira direta, nos índices de criminalidade.

Daí a necessidade da aplicação imediata e integral das normas mencionadas, objetivando normalizar a preocupante situação delineada e, principalmente, proteger a sociedade contra os malefícios do crime. A necessidade é grande e o benefício será universal.

Para tanto, imprescindível o ajuste, espontâneo ou judicial, do Poder Executivo quanto à condução da política penitenciária, objetivando o respeito inflexível a todos os comandos normativos pertinentes à matéria.

* Promotor de Justiça da Comarca de Pombal

Ônibus escolares são usados para turismo

DÉCIO ARAÚJO

MPPB e órgãos de trânsito se unem para combater desvio de função dos veículos

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) firmou uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/PB), a Superintendência de Transportes e Trânsito de João Pessoa (STTrans) e o Batalhão de Policiamento de Trânsito de João Pessoa para garantir que os ônibus do Programa “Caminho da Escola” sejam usados exclusivamente para o transporte de estudantes.

A medida visa combater o desvio de função desses veículos, uma vez que, muitas prefeituras têm utilizado esses ônibus para transportar pessoas para serviços de saúde ou até mesmo para a prática de lazer e turismo.

PROJETO

Campanha contra escolas clandestinas é lançada

O Ministério Público firmou parceria com os veículos de comunicação da Paraíba para divulgar a campanha de rádio e TV que tem como objetivo conscientizar os pais de alunos sobre os perigos oferecidos pelas escolas de educação infantil e ensino fundamental clandestinas.

De acordo com a promotora de Justiça da Educação, Fabiana Lobo, só em João Pessoa existem mais de 200 escolas funcionando ilegalmente. Muitas delas funcionam como verdadeiros “depósitos

de crianças”, uma vez que não respeitam as normas técnicas, de segurança e higiene.

Além disso, os alunos matriculados em escolas clandestinas acabam perdendo o ano letivo, pois para o Ministério da Educação, esses colégios não existem. “Nas inspeções que realizamos, encontramos fezes de rato na merenda das crianças, tomadas sem proteção, uma casa que abrigava a escola e um bar ao mesmo tempo, entre outras irregularidades que punham em perigo a vida dos alu-



EM S. JOSÉ DE PIRANHAS- Micro-ônibus escolar era usado para passeios em balneários

Em São José de Piranhas (a 492 quilômetros de João Pessoa), por exemplo, a promotoria de Justiça processou o ex-prefeito José Ferreira de Carvalho por crime de improbidade administrativa, já que ele teria usado ônibus escolares (que deveriam transportar alunos da zona rural) para levar

pacientes a municípios vizinhos e realizar passeios em balneários.

FISCALIZAÇÃO

Pela parceria, ficou decidido que os órgãos de trânsito vão fiscalizar os ônibus escolares com destino à Capital, abordando os veículos e identificando o condu-

tor e a cidade de origem. Também serão enviados relatórios sobre as fiscalizações às promotorias de Justiça das cidades em que houver indícios de desvio de finalidade dos ônibus para que sejam investigados eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos prefeitos.

Educadores discutem “bullying”

Profissionais da rede de ensino de João Pessoa discutiram, no dia 30 de março, estratégias para prevenir a violência nas escolas. A capacitação foi promovida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e pela Universidade Federal da Paraíba.

O curso faz parte do projeto “Bullying não é brincadeira”, que será desenvolvido até 2016 em todo o Estado pelo Ministério Público da Paraíba. Os participantes receberam informações sobre a lei “antibullying”, noções de como identificar a violência psicológica e como agir diante de tais situações. A instalação de núcleos de mediação de conflitos nas escolas também foi debatida durante o evento.

CONSUMIDOR

Operação apreende 180 botijões de gás

Cento e oitenta botijões de gás de cozinha foram apreendidos nos municípios de Esperança, Areal e Montadas, durante uma operação realizada pelo Ministério Público da Paraíba, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar para combater a venda irregular do GLP (gás liquefeito de petróleo).

Dos 70 estabelecimentos

fiscalizados, 20 não possuíam licenças ou autorizações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Corpo de Bombeiros para vender o produto.

Segundo o promotor de Justiça Clístenes Holanda, as fiscalizações serão realizadas periodicamente. “Não há como se admitir o comércio de gás de cozinha da forma como era realizada pelos estabelecimentos

que tiveram botijões apreendidos. Vidas estavam sendo colocadas em risco, em razão da falta de condições adequadas de estocagem do produto”, disse.

Denúncias de pontos de comercialização clandestina de gás podem ser feitas, anonimamente, pelo telefone da promotoria de Justiça: **Fone:(83) 3361-2584.**



CAMPANHA - Pais devem procurar Conselho de Educação ou Promotoria da Educação

nos. Para as escolas que têm condições de funcionamento foi dando um prazo para dar entrada no processo de legalização junto aos órgãos competentes”, disse Lobo.

A campanha foi elaborada pelo Ministério Público da Paraíba com o apoio das Secretarias de Educação do Estado e de João Pessoa e do Sindicato das Escolas Particulares. O material foi produzido pela assessoria de imprensa do MPPB, Rádio Tabajara e TV Cidade de João Pessoa.

REPRODUÇÃO

EM CABEDELLO

Postos de combustíveis são fiscalizados

Nove postos de combustíveis localizados em Cabedelo (na Grande João Pessoa) foram inspecionados, no dia 25 de março, por uma força-tarefa coordenada pelo Ministério Público da Paraíba e Procon municipal. A ação teve como objetivo medir a qualidade dos combustíveis e produtos vendidos nesses estabelecimentos e combater possíveis adulterações em bombas de combustíveis.

Nove equipes compostas por profissionais do Instituto de Metrologia e Qualidade (Imeq), Procon Estadual e de Cabedelo, Vigilância Sanitária Municipal, Polícias Civil e Militar, Fisco Estadual e Corpo de Bom-

POSTOS FISCALIZADOS

- Autoposto Intermare
- BM Combustíveis
- Brasil Combustíveis
- Posto Furtado e Companhia
- Posto Jaime de Moura
- MN Revendedora de Combustíveis
- Posto de Combustíveis Camboinha
- Autoposto Litoral Norte
- Autoposto Costinha

beiros participaram da operação.

Foram encontrados produtos sem preço e com data de validade vencida na loja de conveniência do Autoposto Intermare. Na loja de conveniência do Autoposto Jacaré, a Vigilância Sanitária determinou

a separação de produtos de limpeza que estavam próximos de gêneros alimentícios. Já no Mercadinho Araújo, localizado no posto da Praia do Poço, foram encontradas peças de queijo sem validade. O produto foi destruído pela Vigilância Sanitária.

Os responsáveis por essas lojas foram notificados e receberam prazo de 24 horas para colocar o preço dos produtos nas gôndolas. “O descumprimento da notificação resultará em auto de infração e na aplicação de multas”, disse a coordenadora do Procon de Cabedelo, Geralda Barbosa.

Audiência reúne 150 pessoas, em Mandacaru

DANIEL FÉLIX

Projeto "Bairro sem medo" pretende implementar ações e políticas sociais para combater a violência

Cerca de 150 pessoas (entre moradores, líderes comunitários e religiosos, conselheiros tutelares e autoridades) participaram da audiência pública realizada no dia 26 de março, em Mandacaru, na Capital, para discutir o projeto "Bairro sem medo".

O projeto será desenvolvido pelo Ministério Público em parceria com a Prefeitura de João Pessoa e o Governo do Estado para combater a criminalidade e a violência nos bairros que apresentam os piores indicadores na área de segurança pública.

O primeiro bairro que vai participar da iniciativa é Mandacaru. Segundo o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro Filho, a taxa de assassinatos no local é 33 vezes maior do que o considerado grave pela Organização Mundial da Saúde (OMS). "Para a OMS, é insuportável ha-

ver dez mortes para cada grupo de cem mil habitantes. Em Mandacaru, temos 331 mortes para cada grupo de cem mil habitantes. Isso é um absurdo, um escândalo!!!", disse.

Com a audiência, as autoridades presentes puderam ouvir a população sobre os problemas existentes no bairro. Várias pessoas se manifestaram e reclamaram da ausência do poder público.

De acordo com os moradores, a violência e a criminalidade existentes na comunidade são o resultado da falta de emprego, trabalho, renda e de políticas públicas voltadas à infância e juventude (sobretudo nas áreas de educação, esporte e cultura). "A violência no bairro é muito grande. Todos nós sofremos com os assaltos e com o tráfico de drogas. Hoje, um dos nossos maiores desejos é ter segurança pública. Esperamos que esse quadro mude e, para nós, essa iniciativa do Ministério Público é muito importante", disse a presidente da Associação Comunitária Jardim Mangueira, Edileuza Faustino de Medeiros Sousa, 67 anos.



CIDADANIA- Moradores de Mandacaru cobraram das autoridades soluções para problemas do bairro

AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM PREFEITURA E ESTADO

Para diminuir o número de homicídios, latrocínios e de lesões corporais seguidas de morte em Mandacaru, serão desenvolvidas várias ações nos próximos 18 meses. Uma delas é a assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC) com os proprietários de bares para restringir o horário de funcionamento dos estabelecimentos. "Hoje, Mandacaru tem 96 bares que são objetos de problemas, pois neles ocorrem confusões, brigas e até mortes. Temos mapeadas todas as 'bocas de fumo' que impedem as pessoas do bairro de usufruírem de sua comunidade. Precisamos fazer alguma coisa e a gente vai implementar esse projeto", disse o procurador-geral, Oswaldo Trigueiro Filho.

Segundo o promotor de Justiça que coordena o projeto, Marinho Mendes, serão implementadas políticas públicas voltadas aos jovens (através de projetos de educação, esporte e emprego) e de geração de renda para a população adulta. As ações serão desenvolvidas pela Prefeitura e Governo do Estado.

EM SÃO BENTO

Uso de capacete diminui número de acidentes

O número de acidentes envolvendo motociclistas diminuiu em São Bento (430 quilômetros de João Pessoa), graças à atuação do Ministério Público da Paraíba, que recomendou aos órgãos de trânsito a intensificação da fiscalização quanto ao uso de capacetes.

De acordo com a Secretária Municipal de Saúde, eram atendidos, em média, 12 acidentados por dia na cidade. Nos fi-

nais de semana, os serviços de saúde transferiam de 20 a 30 acidentados para hospitais de Campina Grande. "A gente ainda recebe acidentados, mas esse número baixou para, no máximo, sete casos por semana e, assim mesmo, sem grande gravidade", disse a secretária Sandra Núbia Brilhante.

Segundo o promotor de Justiça Lean Matheus Xerez, o trânsito na cidade "era uma

grande bagunça". "Havia muitos com três, quatro e até cinco pessoas em cima e ninguém usava capacete. Sabendo que o Código de Trânsito obrigava o uso do capacete e que na cidade esta era uma questão de saúde pública - haja vista que todos os acidentes de moto geravam vítimas graves e muitas fatais -, resolvi buscar uma solução para o problema", explicou.

DANIEL FÉLIX



VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO - Uso de capacete diminui número de mortes entre motociclistas

DANIEL FÉLIX



PARCERIA - Órgãos vão fiscalizar abrigos de idosos na Paraíba

IDOSO

Órgãos se unem para fiscalizar abrigos

O Ministério Público da Paraíba firmou, no dia 4 de março, um convênio para fiscalizar as instituições de longa permanência de idosos (ILPI, também chamadas de "abrigos"), casas de repouso e clínicas geriátricas.

O termo foi assinado pelos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Assistência Social, Agência Estadual de Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Conse-

lhos Estaduais de Assistência Social e do Idoso.

Segundo o promotor de Justiça Valberto Lira, o convênio vai racionalizar o trabalho de fiscalização. Além das instituições de longa permanência, serão fiscalizados hospitais, postos de saúde e unidades de saúde da família.

Os relatórios dos conselhos e órgãos servirão de base para propor termos de ajustamento de conduta (TAC) e ajuizar ações civis públicas.

MP constata problemas na Cadeia de Pombal

FOTOS: LEONARDO FURTADO

Promotoria processou o Governo do Estado para obrigá-lo a corrigir as irregularidades

O Ministério Público da Paraíba processou o Governo do Estado por irregularidades na Cadeia Pública de Pombal (município do Sertão do Estado, a 370 quilômetros de João Pessoa). Na ação civil pública, a Promotoria de Justiça solicitou ao juiz da 3ª Vara da Comarca de Pombal que o Estado seja condenado por danos morais coletivos.

De acordo com os relatórios de inspeção, a cadeia pública apresenta problemas de higiene e não oferece assistências material (os presos não recebem vestuário), social, jurídica, educacional e de saúde de forma adequada, o que viola os direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Lei de Execução Penal (LEP).

Segundo o promotor de Justiça Leonardo Fernandes Furtado, o estabelecimento prisional abriga, no mesmo prédio, todos os homens (incluindo os idosos) nas mesmas celas. Além disso, presos primários e reincidentes, assim como os provisórios e os já condenados por sentença definitiva são mantidos juntos.

Por 12 vezes, o MPPB oficiou as autoridades estaduais para que os problemas na cadeia pública fossem solucionados. O Governo do Estado também foi provocado para formalizar um termo de ajustamento de conduta (TAC). Mas, não houve resposta.



JUNTO E MISTURADO - Presos provisórios, condenados e albergados não são separados



SEM HIGIENE - Banheiro da cela está quebrado

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Mais de 7 mil processos de presos foram analisados

Mais de 7 mil processos das execuções penais foram analisados durante o mutirão carcerário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério Público da Paraíba, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Os números foram divulgados no dia 3 de março, durante o encerramento do mu-

tirão, em João Pessoa.

De acordo com o CNJ, cerca de 1,4 mil processos não puderam ser revisados. A orientação é que o Tribunal de Justiça dê continuidade aos trabalhos nos próximos meses.

Segundo o promotor de Justiça que coordenou os trabalhos na Paraíba, José Leonardo Clementido Pinto, em 45 dias, todos os processos de presos enviados ao Ministério Público foram ana-



lisados e mais de 3 mil pareceres e requerimentos foram dados. "Fizemos uma revisão ge-

ral dos processos, tanto para apreciar os direitos dos apenados, quanto corrigir irregularidades como presos que estavam cumprindo pena em regime aberto e semiaberto e não estavam se recolhendo e presos que haviam fugido ou praticado novos delitos e que, mesmo assim, continuavam em regimes mais brandos. Eles voltaram para o regime fechado", informou.

PROJETO

"Viver Melhor" é retomado em Jacaraú

FOTOS: DANIEL FÉLIX

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jacaraú retomou, no dia 14, o projeto "Viver melhor", desenvolvido com os idosos da cidade. De acordo com o promotor de Justiça Marinho Mendes, as pessoas com 60 anos ou mais de idade se dirigem à praça de Jacaraú, onde fica a promotoria de Justiça, para fazer esporte.

Algumas pessoas que vivem na zona rural chegam a caminhar 15 quilômetros para participar do projeto "Viver Melhor".

Marinho Mendes informou que foram realizadas apresentações de xaxado e hip-hop. O projeto conta com a participação de profissionais da área de Educação Física, que dão aulas de alongamento, ginástica e recreação. "O objetivo do projeto é tirar o idoso de casa, garantir o convívio social e promover a saúde para ele ser gente e ser visto como gente", disse Mendes.



CONVIVÊNCIA - Projeto ajuda a integrar idosos à comunidade



BEM-ESTAR - As aposentadas Maria Silva e Josefa Luna elogiam o projeto

Ciclo de palestras debate ECA

Conselheiros tutelares de Soledade, Cubati, Olivados e São Vicente do Seridó (a 190 quilômetros de João Pessoa) participaram, no dia 17 de março, do ciclo de palestras promovido pelo Ministério Público da Paraíba.

O evento aconteceu no Fórum de Soledade. Promotores, servidores e juízes discutiram as atribuições do conselho tutelar e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os conselheiros receberam material preparado pelo Núcleo Psicossocial do MPPB, exemplares de ECA e do Guia Prático do Conselheiro Tutelar. Também foram assinados termos de cooperação com cada conselho para implementar o projeto de fiscalização das escolas públicas municipais.

SUPERLOTAÇÃO

O MPPB também constatou a superlotação na cadeia, já que foram encontrados até 16 apenados ocupando celas de 20 metros quadrados. Segundo Furtado, as celas da cadeia pública são coletivas e não preenchem os requisitos legais, pois os dormitórios são insuficientes e muitos dos presos têm que dormir em redes que são fornecidas por seus familiares. "Em média, cada detento 'usufrui' de 1,25 metro quadrado, espaço equivalente a apenas 20,8% do mínimo garantido por lei. Os aparelhos sanitários também apresentam péssimas condições e o ambiente é insalubre", disse.

Prefeituras do Sertão da PB são processadas

Durante três anos, inspeções realizadas pelo CRM e MPPB constataram irregularidades nas unidades do Programa Saúde da Família

DANIEL FÉLIX

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) processou as prefeituras de Bom Jesus e de Cajazeiras (a 460 quilômetros de João Pessoa) por irregularidades encontradas nas unidades básicas de saúde.

As ações civis públicas tramitam na 4ª Vara de Justiça da Comarca de Cajazeiras e têm como objetivo obrigar os prefeitos a corrigirem os problemas encontrados, garantindo à população o direito à saúde com qualidade, conforme determina a Constituição da República.

As ações também foram movidas porque, apesar das cobranças do MPPB, os prefeitos e secretários de saúde das duas cidades não tomaram as providências necessárias para resolver os problemas que

existem nas unidades de saúde há três anos.

Dentre os problemas encontrados nas inspeções realizadas em 2008, 2009 e 2010 nesses serviços estão a ausência de extintores de incêndio, de toalhas e sabão líquido para higiene das mãos dos profissionais de saúde, a falta de médicos e de acessibilidade nos prédios e problemas estruturais (como janelas sem telas de proteção contra insetos, infiltrações, ausência de salas para teste do pezinho, etc). “Se esperássemos até a decisão final das ações, muitos usuários poderiam ser acometidos de problemas de contaminação, pela inexistência de requisitos mínimos de limpeza, como papel toalha e sabão líquido”, alertou o promotor de Justiça da Saúde, Ricardo Alex Lins.



PROBLEMAS- postos do PSF carecem de profissionais e material básico

Estado deve fornecer medicamentos

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Marcos Sales, acatou o pedido do Ministério Público e obrigou o Governo do Estado a fornecer medicamentos contra o câncer a todos os pacientes que sofrem com a doença.

Há cerca de dois meses, a distribuição desses medicamentos foi interrompida. Além de comprometer a saúde dos pacientes, a suspensão no fornecimento descumpriu a decisão judicial expedida em junho do ano passado sobre o assunto.

Os medicamentos que devem ser fornecidos gratuitamente pelo Estado são Spiriva, Novalex D, Sunitinib, Tarceva, Mabthera, Herceptin, Thyrogen, Temodal e Velcade.

PACIENTES RENAIIS E TRANSPLANTADOS

O MP também ingressou, em março, com uma ação na Justiça para obrigar o Estado a regularizar o fornecimento de medicamentos de alto custo aos pacientes renais e transplantados.

Desde fevereiro, a Promotoria de Justiça cobra providências para a solução do problema, mas, até o momento, a secretaria de Saúde não havia se pronunciado sobre o assunto.

EM PAULISTA

Contratação de falsos médicos é alvo de investigação

O Ministério Público (MPPB) está investigando a Prefeitura de Paulista (a 410 quilômetros da Capital) por possíveis atos de improbidade administrativa que teriam sido praticados na contratação de falsos médicos.

De acordo com o promotor de Justiça que atua no município, Túlio César Fernandes, desde

2009, seis estudantes de Medicina davam plantões esporádicos nos serviços de saúde da cidade. “Eles foram descobertos durante uma inspeção do Conselho Regional de Medicina. Instauramos procedimento administrativo para apurar as denúncias, ouvimos o ex-secretário de saúde e a secretária atual e eles nos dis-

seram que as contratações eram feitas diretamente na Prefeitura. Constatamos que esses falsos médicos não tinham nenhum contrato e vínculo formal com o Município e nosso intuito é saber a forma de contratação dessas pessoas”, explicou.

A promotoria já solicitou a abertura de inquérito policial para

apurar o crime de exercício ilegal da Medicina e outros crimes que tenham sido praticados pelos acusados, como falsidade ideológica e de documentos públicos, por exemplo. Também está sendo investigado se esses falsos médicos foram responsáveis pela morte de duas pessoas, conforme denúncia de vereadores.

MP recomenda auditoria em hospitais

A promotoria de Justiça da Saúde de Campina Grande recomendou às Secretarias de Saúde estadual e municipal a realização de auditorias permanentes nos hospitais de Trauma de Campina Grande e Pedro I.

A recomendação foi realizada após denúncias de que profissionais da saúde que atuam nos dois serviços estariam cobrando “por fora” por cirurgias pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que resultou na “Operação Hipócrates” e na prisão de cinco pessoas envolvidas no esquema ilegal (sendo uma enfermeira e um médico ortopedista).

Segundo a promotora de Justiça da Saúde Adriana Amorim, as denúncias sobre a venda de cirurgias em hospitais públicos de Campina Grande estão sendo apuradas cível e criminalmente.

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Equipe multiprofissional faz inspeções em serviços de saúde

A Promotoria de Justiça da Saúde da Capital inspecionou, no mês de março, os hospitais Ortopedia de Mangabeira (o “Trauminha”), Rodrigues de Aguiar, Napoleão Laureano e a Maternidade Frei Damião. Também foram inspecionadas unidades da Estratégia Saúde da Família do Miramar e Mangabeira.

A equipe composta por profissionais dos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Odontologia, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros constatou problemas como insuficiência de profissionais de enfermagem, ausência de médicos em algumas unidades, medicamentos vencidos, problemas de infraestrutura nos prédios (como infiltrações, mofo, rachaduras e fiações elétricas expostas) e falta de dispensadores de álcool gel, por exemplo.

Os conselhos deverão encaminhar à promotoria relatórios sobre as irregularidades. Com base no documento, serão feitas recomendações às secretarias de Saúde do Estado e de João Pessoa para que os problemas sejam resolvidos. Caso não sejam tomadas providências, o MP deverá ingressar com ações na Justiça.

Lei que permite contratação sem concurso é inconstitucional

O Tribunal de Justiça acatou o pedido do MPPB e decretou a inconstitucionalidade da lei municipal 86/2008, que previa de forma aberta e genérica a possibilidade de o prefeito de Alagoinha (a 120 quilômetros de João Pessoa) contratar servidores sem concurso público.

A decisão foi o resultado do primeiro julgamento de mérito das ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) movidas pelo Ministério Público. Ao todo, 106 Adins questionam a validade de leis municipais perante a Constituição Federal, no que diz respeito à contratação de servidores sem concurso público.

Eventos discutem direito do consumidor e controle social de ONGs

Dois eventos importantes foram promovidos pelo Ministério Público da Paraíba, em março, na Capital. No dia 17, cerca de 200 pessoas participaram do I Encontro Nacional de Fundações, que abordou o tema “O Ministério Público e o terceiro setor – formas de acompanhamento e integração” e discutiu a importância do controle e da fiscalização do trabalho realizado pelas organizações não-governamentais (ONGs) e entidades que recebem dinheiro público.

Nos dias 31 de março e 1º de abril, 400 pessoas participaram do Congresso Internacional de Direito do Consumidor. Juristas de renome nacional e internacional discutiram temas como planos de saúde, o assédio da publicidade e o público infantil, segurança e saúde, etc.

Prazo da “Lei da transparência” acaba em maio

DANIEL FÉLIX

Dez municípios da PB deverão disponibilizar “portal da transparência” para divulgar gastos

Representantes de oito municípios com mais de 50 mil habitantes participaram, no dia 29 de março, de uma reunião promovida pelo grupo de trabalho do Fórum Estadual de Combate à Corrupção, na sede do Ministério Público da Paraíba, em João Pessoa, para discutir o cumprimento da “Lei da Transparência” (Lei Complementar nº 131/2009).

A lei fixa prazos para que as prefeituras disponibilizem o “Portal da Transparência”, ferramenta que possibilita aos cidadãos ter acesso a informações sobre os gastos do poder público, em tempo real, na internet. O prazo para os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa, Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Sapé, Santa Rita e Guarabira (que têm mais de 50 mil habitantes) implementarem a lei se encerra no dia 27 de maio.



TRANSPARÊNCIA - Portais ajudam a combater a corrupção

Durante a reunião, os prefeitos falaram sobre as dificuldades dos municípios para implementar o sistema como determina a lei. Também foi apresentada uma análise dos portais da transparência das cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Santa Rita. Destes, somente os dois primeiros foram considerados adequados à legislação.

O promotor Adrio Nobre ressaltou a importância dos portais já existentes, mas pontuou a

necessidade de aperfeiçoamento. Segundo ele, a “Lei da Transparência” está atrelada à Lei de Responsabilidade Fiscal. “Portanto, quem descumprir pode ser considerado inadimplente e sofrer sanções da União, como corte no repasse de verbas. Mas este não é o momento de pensarmos em sanções, mas de união de todos para construirmos juntos soluções aos problemas enfrentados pelos municípios”, comentou.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ACS

Promotoria cobra nomeação de concursados

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital acionou a Prefeitura de João Pessoa na Justiça para obrigá-la a nomear e empossar os candidatos aprovados no concurso público da Educação e no processo seletivo para agente comunitário de saúde (ACS).

Na ação que tramita na 4ª Vara da Fazenda Pública, o MP solicitou o deferimento da liminar para a rescisão dos contratos temporários celebrados ilegalmente pela Secretaria Municipal de Educação sob a alegação de “excepcional interesse público”.

De acordo com as investiga-

ções feitas nos últimos dois anos, o concurso promovido pela Prefeitura da Capital, em 2007, ofereceu 991 vagas para diversos cargos de nível médio e superior na área da Educação, além de formação de cadastro reserva.

Apesar de resultado do certame ter sido homologado em abril de 2008 e prorrogado em março de 2010, parte dos aprovados ainda não foi nomeada. Além de retardar a nomeação dos concursados, o MPPB constatou que a Secretaria de Educação estava firmando inúmeros contratos temporários por excepcional interesse público.

AGENTES DE SAÚDE

A ação para garantir a nomeação e posse dos aprovados no concurso para ACS tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública.

O prazo de validade do processo seletivo realizado em 2007 se esgotou no dia 8 de março deste ano e alguns dos aprovados ainda não foram nomeados. Por isso, o MPPB solicitou que a Justiça suspendesse os efeitos decorrentes do término do prazo de validade do concurso para resguardar o direito dos candidatos classificados até o julgamento final da ação e evitar que seja feito novo concurso para o cargo.

IMPROBIDADE

Médicos são processados por acúmulo de cargos

O Ministério Público da Paraíba ingressou com três ações civis públicas contra médicos que atuam em serviços de saúde no Estado. Eles são acusados de praticar atos de improbidade administrativa, pois acumulam mais de dois cargos públicos, desrespeitando o que está previsto na Constituição Federal.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da

Capital requereu junto à Justiça a concessão de liminares para suspender os pagamentos efetuados em favor dos profissionais e o desligamento dos médicos de um dos três serviços públicos para onde foram nomeados. A Promotoria também solicitou que os acusados sejam condenados a devolver aos cofres públicos o dinheiro que receberam indevidamente.

Durante as investigações, o

MPPB constatou que os acusados não cumpriam a carga horária nos hospitais públicos em que atuavam. “No papel”, um dos médicos chegava a trabalhar até 114 horas por semana em serviços públicos e privados. O MPPB chegou a recomendar aos acusados que eles optassem por dois dos três cargos públicos a que estavam vinculados, mas não obteve resposta.

PRIORIDADE ABSOLUTA

Municípios vão participar de projeto para a infância

Mais de 30 municípios paraibanos vão participar do projeto “Prioridade Absoluta”, que será promovido pelo Ministério Público da Paraíba até 2016 para criar e fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente.

A primeira etapa do projeto é a instauração de um inquérito civil público pelos promotores que aderiram ao projeto para a criação dos programas de acolhimento de crianças e adolescentes e de atendimento às suas famílias. “Os promotores deverão fazer uma coleta de informações para ter um diagnóstico sobre a estruturação do Sistema Único de Assistência Social no município, especi-

ficamente quanto ao funcionamento dos serviços assistenciais de atendimento às famílias de crianças e adolescentes”, disse a promotora Soraya Escorel.

As irregularidades que forem constatadas pelo MPPB nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras/Creas) e nos programas de acolhimento familiar serão discutidas com os prefeitos e secretários de Assistência Social. “Os promotores de Justiça poderão entregar recomendação ministerial às autoridades, bem como discutir a possibilidade de celebração de TAC (termo de ajustamento de conduta) sobre o tema”, explicou a promotora da Infância.

CRISTINA FERNANDES



CRAS/CREAS - Serviços de assistência social serão fiscalizados

EM JOÃO PESSOA

Justiça acata pedido do MP e afasta conselheiro tutelar

A Justiça deferiu a liminar requerida pelo Ministério Público da Paraíba e suspendeu das funções o conselheiro tutelar Wandilson Lopes Filho, do Conselho Tutelar da Região Praia, até o final do julgamento. A liminar foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Infância e da Juventude da Capital, Fabiano Moura de Moura. O conselheiro pode recorrer da decisão.

O Ministério Público ingressou com uma ação civil pública na Justiça por causa da conduta irresponsável do conselheiro. “Em face das inúmeras reclamações, foi instaurado procedimento na Promotoria da Infância e Juventude para apuração dos fatos. A atuação do conselheiro só piorou, nos últimos meses. Ele sequer compareceu ao Conselho Tu-

telar nos dias dos seus plantões”, disse a promotora da Infância Soraya Escorel.

AUDIÊNCIA

No dia 31 de março, foi realizada uma audiência para discutir as eleições que vão acontecer em maio para a escolha dos conselheiros tutelares das regiões Mangabeira e Praia, na Capital. Durante a audiência foi discutida a necessidade de alterar a lei para aprimorar o processo eleitoral dos conselhos tutelares e de realizar uma ampla divulgação das eleições.

Um das estratégias para resolver isso é a celebração de um convênio com o Tribunal Regional Eleitoral para que seja feita uma propaganda eleitoral gratuita.

PMJP "enterra" R\$ 7,2 milhões por ano

Procuradora do Trabalho diz que o lixo reciclável que vai para o aterro sanitário poderia gerar, pelo menos, R\$ 600 mil por mês

A quantidade de resíduos sólidos recicláveis que vão, inadvertidamente, para o aterro sanitário poderia render à Prefeitura de João Pessoa, pelo menos, R\$ 600 mil por mês ou R\$ 7,2 milhões por ano. Essa é a estimativa feita pela procuradora do Trabalho em Curitiba, Margaret Matos de Carvalho, durante o workshop sobre resíduos sólidos que foi promovido, em março, pelo Ministério Público da Paraíba, em João Pessoa.

Margaret e o procurador de Justiça do Paraná Saint-Clair Honorato falaram sobre a responsabilidade compartilhada entre o poder público e o setor empresarial em relação à destinação e ao tratamento adequado do lixo doméstico.

Saint-Clair criticou a utiliza-

ção de aterros sanitários por parte dos municípios e denunciou "a lógica de mercado" e o interesse que muitas empresas contratadas pelo poder público têm em aumentar a produção de lixo. Segundo ele, 80% dos resíduos domésticos produzidos diariamente poderiam ser reaproveitados e deveriam ser endereçados às associações de catadores.

O representante do MP do Paraná também criticou a omissão do setor empresarial em relação ao trabalho de coleta e destinação de recicláveis e o comparou com a quantidade de material que é recolhida pelos "catadores de lixo". "Apenas 10% do material reciclável é coletado pelas empresas. Os catadores de



REPRODUÇÃO

MAIS EFICAZ- Catadores coletam 25% dos recicláveis e empresas, 10%

lixo chegam a coletar 25% do material reciclável. Temos que brigar pela reutilização dos materiais e resgatar a dignidade desses catadores", defendeu.

POLÍTICA DE RESÍDUOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos também foi discutida durante o workshop promovido pelo MPPB. Ela estabelece

que todos os municípios devem elaborar planos de gerenciamento de resíduos sólidos, no prazo de dois anos, como condição para receber recursos federais.

O promotor de Justiça José Farias propôs parceria entre o MP e os municípios para a coleta, o tratamento e a destinação final adequada do lixo.

Segundo ele, as cidades de Aparecida, Lastro, Santa Cruz, Nazarezinho, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Sousa e Veirópolis estão criando um consórcio para a implantação da gestão integrada de resíduos sólidos. O projeto prevê o reaproveitamento de mais 80% do "lixo" através da compostagem (para o material orgânico) e da reciclagem (para o inorgânico).

EM SÃO VICENTE DO SERIDÓ

MPPB cobra manutenção do reservatório "Tapuio"

O Ministério Público da Paraíba cobrou do Governo do Estado providências urgentes para a manutenção do Açude Tapuio, localizado em São Vicente do Seridó (a 190 quilômetros de João Pessoa). O reservatório corre risco de arrombamento, caso se confirme a previsão de chuvas fortes no inverno deste ano.

O assunto foi discutido, no dia 10 de março, por representantes do MPPB, Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba

(Aesa) e os prefeitos de Soledade e de São Vicente de Seridó.

No dia 21 de fevereiro, técnicos da Aesa de Campina Grande e da Defesa Civil do Estado fizeram uma vistoria no açude e constataram que a barragem corre sério risco de rompimento. A Secretaria de Recursos Hídricos do Estado se comprometeu a encaminhar uma equipe do setor de Engenharia para fazer um detalhamento da situação e para ver o que efetivamente poderá ser feito para recuperação do açude.

53,5% dos açudes precisam de manutenção

Um estudo realizado em 2008 pela Aesa constatou que 53,5% dos reservatórios do Estado precisam de manutenção. Das 84 barragens existentes, 45 precisam de reparos.

A Secretaria de Recursos Hídricos fez um levantamento dos casos mais urgentes e verificou que das 45 barragens que necessitam de reparação, 27 apresen-

tam situação mais grave, e, dessas, 12 mostraram a necessidade de um trabalho emergencial.

A pior situação é a da Barragem Saco, que fica em Nova Olinda (a 430 quilômetros da Capital). A secretaria está realizando licitação para realizar as obras nos açudes. A expectativa é que os trabalhos sejam iniciados até o final de abril.

POLUIÇÃO SONORA

Recomendação proíbe entrada de "paredões" na Piscina da Nascença

Os chamados "paredões de som" estão proibidos na Piscina da Nascença, no município de Itapororoca (a 60 quilômetros de João Pessoa), por recomendação do Ministério Público da Paraíba.

Segundo a promotora do Cidadão e do Meio Ambiente da Comarca de Mamanguape, Ana Caroline Almeida, a poluição produzida pelo som dos veículos estava provocando a morte e a fuga de saguis que vivem no local.

A promotoria recomendou que a Guarda Civil fiscalize a entrada de pessoas na piscina, exigindo identificação para comprovar a maioria e fazendo revistas pessoais, para proibir a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados dos responsáveis legais, de pessoas portando armas

brancas e de fogo, além da entrada de carros com "paredões de som".

Também foi recomendado à Polícia Militar que não tolere o uso abusivo de instrumentos sonoros em qualquer hora do dia na Piscina da Nascença e em qualquer logradouro público de Itapororoca.

Caso os equipamentos de som sejam usados além do limite tolerável e permitido por

lei, a PM deve autuar o infrator e fazer a apreensão dos aparelhos.

De acordo com a promotora, a recomendação foi feita devido à grande incidência de contravenções penais na Piscina da Nascença, como a perturbação do sossego alheio, embriaguez, crianças e adolescentes desacompanhadas de seus responsáveis legais, etc.



REPRODUÇÃO

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

